

O financiamento da Inquisição portuguesa, entre D. João IV e o Marquês de Pombal

Bruno Lopes¹ (CIDEHUS-UÉvora | CITCEM-FLUPorto | PIUDHist)

RESUMO: Ainda hoje, persiste na memória colectiva a associação entre a actividade inquisitorial e o confisco de bens. No decurso da tese de doutoramento em curso, pretende-se desenvolver esta questão mudando o foco de análise, todavia. O estudo das finanças inquisitoriais acarreta a definição das bases de financiamento da instituição, que iam, certamente, além do confisco de bens, maioritariamente, sobre a população cristã-nova. Este último era uma fonte de receita sujeita a flutuações que dificultariam, de forma marcante, a existência de rendas fixas que permitissem uma vida saudável dos cofres do Santo Ofício.

No trabalho que se apresenta, pretende-se traçar uma análise global das fontes de receita dos diferentes tribunais metropolitanos da Inquisição portuguesa (Coimbra. Évora e Lisboa). O foco de análise está centrado nos diferentes meios de financiamento desenvolvidos pelo Tribunal, no seu conjunto. Para além disso, pretende-se identificar as relações institucionais entre a Inquisição e os demais poderes da Época Moderna, entre os marcos cronológicos de 1640 e 1773.

Assim, pretende-se questionar como era composto o leque de meios de financiamento à disposição do Tribunal e quem tinha contribuído para esse cenário. Nalguns casos, as razões porque eram aquelas receitas e não outras parecem mais evidentes; noutros, as respostas são ainda um pouco difusas.

Aparentemente, a Inquisição portuguesa esteve sempre dependente da Monarquia para obter financiamento e não soube desenvolver, autonomamente, meios de financiamento próprios.

NOTA BIOGRÁFICA: Bruno Lopes é licenciado em História - Ramo de Património Cultural, pela Universidade de Évora, em 2008. Na mesma instituição concluiu o mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, em 2012, com a dissertação: «Da investigação à valorização do património histórico local: comissários e familiares do Santo Ofício em Arraiolos nos séculos XVII e XVIII».

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito de: UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), FCT/Portugal, COMPETE, FEDER, Portugal2020.

É bolsheiro de investigação científica, desde 2009, sendo, actualmente, doutorando da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/84161/2012), com a dissertação «Os Pilares Financeiros da Inquisição Portuguesa. 1640-1773», no âmbito do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist) pela Universidade de Évora.

PRINCIPAIS TRABALHOS PUBLICADOS:

- LOPES, Bruno, «Os dinheiros da Inquisição portuguesa: o exemplo dos tribunais de Évora e Lisboa (1701-1755)», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 16, 2016, pp. 189-215.

- BRANCO, Manuel J. C., LOPES, Bruno e OLIVAL, Fernanda (eds.), *Marcas da Inquisição em Évora: acervos do Museu e da Biblioteca Pública: catálogo*, Lisboa, Apenas Livros, 2016.

- FAÍSCA, Carlos Manuel; LOPES, Bruno, «Desigualdade de rendimento no Alentejo do Antigo Regime: Arraiolos, Avis e Portalegre (1690-1725)», in *Análise Social*, n.º 215, l (2.º), 2015, pp. 330-354.

- LOPES, Bruno, *A Inquisição em Terra de Cristãos-Novos. Arraiolos 1570-1773*, Lisboa, Apenas Livros, 2013.

A Fazenda real portuguesa - contornos, gestores e formas de gestão. Para uma revisão historiográfica

Maria Leonor García da Cruz (CHUL-FLUL)

RESUMO: Encarando o sector das finanças públicas, dito na época Fazenda real, como um dos pilares na construção do Estado moderno em Portugal, urge esclarecer a sua orgânica interna e dinamismo fruto das reformas administrativas do século XVI.

A sua gestão explica-se em grande medida pela complexidade crescente de negócios de um Império em expansão, assim como pelas tensões sociais internas e externas de um Estado de Direito.

Apesar das investigações, não muito abundantes, realizadas nesta área, subsistem interpretações cuja correcção de análise se impõe para a actualização e prosseguimento de um conhecimento histórico a aprofundar.

Palavras-chave:

Fazenda real - Vedores da Fazenda - Conselho da Fazenda - Mesa da Fazenda - Organograma

NOTA BIOGRÁFICA: Professora e Investigadora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lecciona e pesquisa no âmbito de História Moderna e de História da Expansão e dos Impérios (Europa, Magrebe, América, Ásia), orientando teses (MA, PhD e pós-doutoramento) em campos específicos da sua especialidade: sociedades, mentalidades, orgânica institucional, espiritualidade e ética, gestão político-financeira.

Membro integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa (FLUL), é Investigadora responsável de projectos de investigação activos no âmbito temático de Programas de Estudo que coordena:

- 1) FAZENDA (desde 2009): história do pensamento e da gestão económica, fiscalidade, redes sociais, política e ética, instâncias, séculos XV-XIX;
- 2) IMAGÉTICA (desde 2005): interdisciplinar, sobre imagens, representações e construções identitárias (transversalidade epocal e espacial).

Muitos dos seus textos editados encontram-se publicados em formato digital no RCAAP e em edições indexadas. Destaque para:

2001, *A Governação de D. João III: a Fazenda Real e os seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

2004, "Práticas comerciais e financeiras e reestruturação económica em considerações de D. António de Ataíde, Conselheiro e Vedor da Fazenda de D. João III" in *D. João III e o Império*, Lisboa, CHAM, UNL / CEPCEP, UCP, pp. 501-512.

2007, "Relações entre Poder real e Inquisição (sécs. XVI - XVII): fontes de renda, realidade social e política financeira" in *Inquisição Portuguesa: Tempo, Razão e Circunstância*, Lisboa - São Paulo, ed. Prefácio, pp. 107-126.

2009, "Justos negócios e política económica no Portugal Moderno" in *História comparada dos sistemas bancário e de crédito*, Lisboa, CHUL, pp. 55-84.

2010, "Finances royales au Portugal au XVIème siècle: dynamique et composition sociale", CNRS, HAL. Sciences de l'Homme et de la Société, 2010 : <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00465900>.

2014, “ ‘Sisa’, first general and permanent tax in Portugal and the tension of an ill-known society / A ‘sisa’, primeiro imposto geral e permanente em Portugal e as tensões de uma sociedade pouco conhecida. Presentation of researches within Research Programmes of Advanced Studies (MA, PhD, postdoctoral) at Faculty of Letters of Lisbon University / History Centre” in *Vozes dos Vales. Revista Multidisciplinar de Publicações Académicas*, n.6, ano III, 10/ 2014, “Pesquisas Doutorais: os estudos realizados nos doutorados em diversas áreas do conhecimento”, UFVJM - MG - Brasil /Ministério da Educação do Brasil. (Qualis-Capes, Latindex). ISSN: 2238-6424. www.ufvjm.edu.br/vozes.

E-mail: cruzmaria@campus.ul.pt - ml.garciacruz@gmail.com